



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMITÊ MULTISSETORIAL PARA A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
JUDICIAIS DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

Ata de Reunião nº 02/2024 – POPRUAJUD/ TJCE

ASSUNTO:

- Apresentação das atividades desenvolvidas pelo TJCE enquanto Comitê
- Apresentação de atividades desenvolvidas pelas Secretarias do Estado
- Apresentação de atividades desenvolvidas pelo TRE-CE
- Apresentação de atividades desenvolvidas pelo TRT da 7ª Região
- Tratativas para firmar vínculo com outras instituições
- Análise de pontos importantes da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 976
- Análise de pontos importantes das propostas do POPRUA

PARTICIPANTES:

Desembargador José Antônio Parente

Mariana Avelino Demétrio de Lima
Jacinta Inamar Franco Mota Queiroz
Bruna dos Santos Costa Rodrigues
Brenda Vasconcelos Costa Ramos

Daniel Carneiro Carvalho

Lidiane Rebouças

Amanda Pereira Albuquerque

Emilie Collin Silva Kluwen

Ana Gessica Carneiro Falcão

**Desembargador do Tribunal do Trabalho da 7ª
Região**

**Secretária do Comitê PopRua
Membra do Comitê PopRua
Membra do Comitê PopRua
Membra do Comitê PopRua**

Ouvidor do Tribunal Regional Eleitoral-CE

**Secretária Executiva de Políticas sobre Drogas
do Estado do Ceará**

**Coordenadora de Políticas sobre Drogas do
Estado do Ceará**

**Componente da Secretaria de Direitos
Humanos do Estado do Ceará
Assistente convidada**

Aos dias 25 de setembro de 2024, às 13:30hs, na sala de reunião da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, foi realizado encontro para apresentação das atividades desenvolvidas tanto pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, quanto pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região e pelas Secretarias de Políticas sobre Drogas e de Direitos Humanos do Estado do Ceará.

Anunciado o início da reunião, o Desembargador José Antônio Parente, Ouvidor do TRT da 7ª Região, expôs algumas iniciativas realizadas pela instituição referentes às pessoas em situação de rua, tendo mencionado a utilização da Escola Judicial do TRT da 7ª Região para a realização de capacitações de servidores para o atendimento à população em situação de rua.

Foi passada a palavra para a Dra. Emilie Kluwen a qual dispôs sobre algumas atividades desenvolvidas pelas Secretaria de Direitos Humanos, tendo sua fala complementada pela Dra. Lidiane Rebouças, que tratou do Projeto Acolher, plano semanal voltado à população em vulnerabilidade social nas comunidades que contempla, também, a população em situação de rua, ofertando diversos serviços disponibilizados pela Secretaria de Proteção Social e parceiros governamentais e não governamentais.

Na oportunidade, a Dra. Lidiane aduziu que são realizadas análises geográficas que justificam as escolhas dos locais das ações, além do lançamento de novos equipamentos de acompanhamento e atenção à população em situação de rua. Contudo, ainda não há um projeto específico voltado exclusivamente à população em situação de rua.

A Dra. Bruna Rodrigues explanou a necessidade de uma rede interligada entre as instituições governamentais e exemplificou o caso do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que criou um centro de atenção permanente para as pessoas em situação de rua, com a disponibilização de serviços, como expedição de documentos, dentre outros. Além disso, a doutora pontuou que é importante que se saiba quantas pessoas em situação de rua há no Estado do Ceará e onde fica estabelecida a maior concentração dessa população.

O Dr. Daniel Carvalho corroborou a importância do atendimento realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará nos mutirões já realizados, principalmente para prestar informações sobre situação eleitoral e emissão de títulos, ressalvado esse último serviço sempre à vedação temporal prevista em lei.

A Dra. Jacinta Inamar, bem como a Dra. Emilie Kluwen, a Dra. Lidiane Rebouças e o Desembargador José Antônio Parente fizeram contribuições importantes no tocante à necessidade de realização de capacitação dos indivíduos que realizam os atendimentos das pessoas em situação de rua, destacando a necessidade de preparo tanto na forma de falar, quanto na capacidade de dirimir de maneira efetiva as dúvidas e demandas apresentadas pelos

usuários dos serviços prestados. Na oportunidade, foi sugerida a criação de uma cartilha que pudesse orientar os atendentes sobre a melhor maneira de abordar a população.

A Dra. Lidiane Rebouças sugeriu o estabelecimento de datas fixas mensais para a realização do PopRuaJud com a presença das entidades governamentais e não governamentais. Disponibilizou-se a informar os territórios do Município de Fortaleza para a atuação do projeto e demais municípios para expansão no futuro. Sustentou a importância da atuação do Poder Judiciário emitindo certidões de nascimento e possibilitando a regularização civil das pessoas em situação de rua.

A Sra. Mariana Demétrio e a Sra. Brenda Vasconcelos sugeriram a disponibilização de um cronograma de ações desenvolvidos pelas Secretarias do Estado para que se fosse possibilitada a adequação dos calendários e a inclusão periódica e efetiva dos serviços do TJCE nos mutirões, cumprindo a periodicidade tratada, inclusive, na ADPF 976. Citou-se a participação do Comitê em mutirão ocorrido no dia 21 de agosto de 2024, na Praça do Ferreira e a necessidade de divulgação dos eventos, com o fim de atingir uma maior parcela da população.

Todos concordaram acerca da necessidade de atendimento contínuo, da importância da existência de um calendário permanente para o atendimento itinerante às pessoas em situação de rua e da imprescindibilidade de interlocução com os movimentos sociais e coletivos que atuam com o PopRua.

Ficou estabelecido que será realizada uma nova reunião em data a ser assinalada, contando com mais instituições que podem colaborar com as atividades do Comitê Multissetorial, além de se ter sugerido a participação da sociedade civil, sendo citada a necessidade de elaboração de um plano de ação e de convênios que possam fortalecer as atividades em prol da população em situação de vulnerabilidade.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi finalizada às 15h.

Eu, Mariana Avelino Demétrio de Lima, Secretária do Comitê Multissetorial para a Promoção de Políticas Públicas Judiciais de Atenção às Pessoas em situação de Rua, digitei.

Mariana Avelino Demétrio de Lima

Secretária do Comitê Multissetorial para a Promoção de Políticas Públicas Judiciais
de Atenção às Pessoas em situação de Rua

Matrícula 50342

